**MINISTÉRIOS DO PLANEAMENTO
E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
E DA INDÚSTRIA E ENERGIA**

Portaria n.º 90-A/92

de 10 de Fevereiro

A Portaria n.º 148/84, de 15 de Março, estabeleceu as regras a que devem obedecer os contratos de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão a celebrar entre os municípios e a EDP, tendo aprovado as cláusulas do contrato tipo a celebrar para o efeito.

Sem prejuízo da revisão, no seu conjunto, do regime de exercício da actividade de distribuição de energia eléctrica, actualmente em curso, procede-se neste momento a alguns ajustamentos de determinadas cláusulas do já referido contrato tipo, de modo a harmonizá-lo com as alterações entretanto introduzidas no Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de Setembro, e com as novas regras de cálculo da renda a pagar pela EDP aos municípios no âmbito da actividade de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão.

Assim, ao abrigo do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de Setembro:

Manda o Governo, pelos Ministros do Planeamento e da Administração do Território e da Indústria e Energia, que os artigos 21.º, 30.º, 31.º, 32.º e 35.º do contrato tipo de concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, publicado em anexo à Portaria n.º 148/84, de 15 de Março, passem a ter a seguinte redacção:

Artigo 21.º

Renda a pagar pela EDP

Pela concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, a câmara tem direito a uma renda anual, a pagar pela EDP, nos termos fixados por portaria conjunta dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território e da Indústria e Energia.

Artigo 30.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —
- 4 —
- 5 — A gestão da iluminação pública é da inteira responsabilidade do município concedente no que respeita a níveis e horários de iluminação e ao tipo e número de focos e lâmpadas em serviço.

6 — A EDP obriga-se a prestar todo o apoio de natureza consultiva, bem como a garantir a assistência à rede de iluminação pública, salvo se outra solução for acordada.

Artigo 31.º

[...]

- 1 —
- 2 —
- 3 —

4 — Na definição dos focos luminosos e lâmpadas a adoptar como tipo de corrente em cada município será tida em conta, para cada tipo de rede, a utilização de lâmpadas de adequado rendimento, com observância dos critérios de normalização e mais eficiente utilização da energia eléctrica.

Artigo 32.º

[...]

1 — A EDP procederá, quando tal for solicitado pela câmara, à instalação e desmontagem dos focos luminosos e correspondentes suportes.

2 — Nos casos, de iniciativa da câmara, de estabelecimento de novas redes de iluminação pública e expansão das existentes, a EDP suportará 85 % do custo dos focos luminosos e lâmpadas de tipo corrente no município, dos respectivos suportes em apoios da rede de distribuição e da mão-de-obra correspondente à sua instalação, ligação e desmontagem, ficando a cargo da câmara os restantes 15%; o custo dos suportes desses focos e da respectiva instalação, ligação e desmontagem será integralmente suportado pela câmara no caso de esses suportes não constituírem apoios da rede de distribuição.

3 — A câmara poderá optar por focos luminosos e lâmpadas de tipo diferente do referido no número anterior, ouvida a EDP, suportando o excesso de custo, se o houver, por forma que os encargos da EDP não excedam os resultantes da aplicação do número anterior.

4 — Nos casos, de iniciativa da EDP, de estabelecimento de novas redes de iluminação pública ou expansão e remodelação das existentes, a EDP deverá instalar, sem prejuízo do acordo prévio da câmara, lâmpadas de adequado rendimento, tendo em atenção o estabelecido no n.º 4 do artigo 31.º; a repartição dos encargos terá o enquadramento estabelecido neste capítulo, assumindo a EDP, no entanto, a totalidade dos encargos correspondentes ao custo das lâmpadas de tipo corrente e da mão-de-obra necessária à sua instalação.

5 — Para efeitos do estabelecido no número anterior consideram-se de iniciativa da EDP os trabalhos que não forem requisitados pela câmara nem por qualquer outra entidade interessada que participe no estabelecimento da rede.

6 — Nos casos, de iniciativa da câmara, de remodelação de redes de iluminação pública para alteração dos suportes dos focos luminosos ou substituição de lâmpadas, tendo em atenção o estabelecido no n.º 4 do artigo 31.º, decorrerão por conta da câmara os respectivos encargos.

Artigo 35.º

[...]

- 1 —
- 2 — À energia consumida pela câmara, incluindo a consumida em iluminação pública, será aplicado o tarifário em vigor, sendo a liquidação

dos correspondentes débitos efectuada de acordo com as regras aplicáveis aos restantes consumidores.

Ministérios do Planeamento e da Administração do Território e da Indústria e Energia.

Assinada em 10 de Fevereiro de 1992.

O Ministro do Planeamento e da Administração do Território, *Luís Francisco Valente de Oliveira*. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*.

Portaria n.º 90-B/92

de 10 de Fevereiro

O n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 17/92, de 5 de Fevereiro, determina que a renda a pagar pela EDP aos municípios que lhe concedam a distribuição de energia eléctrica em baixa tensão, na respectiva área geográfica, seja fixada por portaria conjunta dos Ministros do Planeamento e da Administração do Território e da Indústria e Energia.

Da aplicação do anterior regime de rendas consignado na Portaria n.º 1076/82, de 17 de Novembro, dos Ministros da Administração Interna e da Indústria, Energia e Exportação, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Portaria n.º 966/83, de 9 de Novembro, constatou-se a necessidade de rever as regras de cálculo da renda, formuladas nas referidas portarias, visando encontrar uma solução mais equilibrada entre os vários municípios, dado que o regime que agora se altera beneficiava os municípios mais industrializados e com maior densidade populacional, penalizando os de cariz essencialmente rural e com menor densidade populacional.

Introduz-se, deste modo, um factor de moderação no cálculo da renda, com base na densidade de consumidores por quilómetro quadrado na área do município concedente.

Assim, ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 17/92, de 5 de Fevereiro:

Manda o Governo, pelos Ministros do Planeamento e da Administração do Território e da Indústria e Energia, o seguinte:

1.º A renda a pagar pela EDP a cada município, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 344-B/82, de 1 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 17/92, de 5 de Fevereiro, pela concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão na área do município concedente é calculada a partir de um valor percentual sobre as suas vendas de energia eléctrica em baixa tensão na área do respectivo município.

2.º Para efeitos do disposto no número anterior consideram-se os municípios do continente distribuídos por classes de densidade dos consumidores em baixa tensão por quilómetro quadrado, às quais se associa

o respectivo valor percentual das vendas em baixa tensão, nos seguintes termos:

Classe de densidade (d)	Vendas em baixa tensão (percentagem)
$d < 15$ consumidores/km ²	12
$15 \leq d < 40$ consumidores/km ²	11
$40 \leq d < 125$ consumidores/km ²	8
$125 \leq d < 400$ consumidores/km ²	5
$d \geq 400$ consumidores/km ²	4

3.º A classe de densidade (d) é determinada para cada município a partir do quociente entre o número de consumidores em baixa tensão em 31 de Dezembro do ano anterior àquele a que a renda respeita e a área do respectivo município em quilómetros quadrados.

4.º As vendas de energia eléctrica em baixa tensão incluem as relativas às diversas aplicações e, nomeadamente, a energia para iluminação pública e os consumos próprios dos municípios.

5.º A renda é anual, referida ao ano civil, paga em quatro prestações iguais, que se vencem no último dia de cada trimestre do calendário e calculada com base nos elementos do ano imediatamente anterior àquele a que disser respeito.

6.º Tratando-se do início ou do termo da concessão, a renda será calculada segundo o critério de proporcionalidade com base no tempo efectivo de exploração da concessão; o primeiro ou o último pagamento, conforme se trate do início ou do termo da concessão, será efectuado no trimestre seguinte ao que esteja em curso.

7.º O pagamento das rendas aos municípios e o pagamento das facturas à EDP processar-se-ão com inteira autonomia, observando-se os prazos fixados para o cumprimento das respectivas obrigações.

8.º Nos casos em que tenha sido celebrado contrato de concessão e em que o valor da renda estabelecida nos termos da presente portaria seja inferior ao da renda calculada segundo a legislação anteriormente em vigor, manter-se-á o montante processado como renda de 1990, até que a situação se inverta.

9.º Nos casos em que ainda não tenha sido celebrado contrato de concessão manter-se-á o montante processado como renda de 1990.

10.º Sempre que não se encontre fixado o valor patrimonial afecto à concessão e já tenha sido celebrado o respectivo contrato, aplica-se, com efeitos a partir do 1.º trimestre de 1991, o regime de rendas estabelecido na presente portaria.

11.º O pagamento das rendas calculadas nos termos da presente portaria terá lugar a partir do 1.º trimestre de 1991, inclusive, sem prejuízo do estabelecido nos n.ºs 6.º e 8.º

12.º São revogadas as Portarias n.ºs 1076/82, de 17 de Novembro, e 966/83, de 9 de Novembro.

Ministérios do Planeamento e da Administração do Território e da Indústria e Energia.

Assinada em 10 de Fevereiro de 1992.

O Ministro do Planeamento e da Administração do Território, *Luís Francisco Valente de Oliveira*. — O Ministro da Indústria e Energia, *Luís Fernando Mira Amaral*.